



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA
 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON DEPRIVED COMMUNITIES: A LOOK FOR SOCIAL
 ASSISTANCE POLICY**

**IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA
 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ronny Batista de Sousa¹, Augusto Sérgio Carneiro da Silva², Mateus Dantas de Farias Fonseca³, Rúbia Santos de Lima Dias⁴, Francisco das Chagas Araújo Coelho⁵, Josiane Lima de Abreu⁶

e371664

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i7.1664>

PUBLICADO: 07/2022

RESUMO

O presente trabalho TRAZ um olhar direcionado para política de assistência social, dando ênfase aos impactos da pandemia da COVID-19 nas comunidades carentes nessa fase de intensas dificuldades. O objetivo geral é analisar o impacto da pandemia da COVID-19 nas comunidades carentes sob o olhar da política de assistência social. Os objetivos específicos são: entender os fundamentos da Política Nacional de Assistência Social; conhecer os princípios da Proteção Social; averiguar os impactos da pandemia em comunidades carentes. O método empregado teve uma abordagem qualitativa em sua base, seguindo a linha de pesquisa bibliográfica, em caráter descritivo e exploratório. Os resultados mostram que a pandemia de COVID-19 causou sérios estragos no setor econômico, o que fez com que muitas famílias perdessem emprego e renda. Sabe-se que as consequências da pandemia continuarão por muito tempo. É preciso criar estratégias para devolver a autonomia financeira às famílias, em especial as mais vulneráveis, além de dar novas oportunidades para que haja um enfrentamento da extrema pobreza e oportunidades para jovens no mercado de trabalho. A proteção social deve ser estendida e reorganizada para atender a enorme demanda que a pandemia proporcionou no cenário nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Pandemia. Proteção Social.

ABSTRACT

The present work BRINGS a focused look at social assistance policy, emphasizing the impacts of the COVID-19 pandemic on needy communities in this phase of intense difficulties. The general objective is to analyze the impact of the COVID-19 pandemic on underprivileged communities from the point of eye of social assistance policy. The specific objectives are: to understand the fundamentals of the National Social Assistance Policy; know the principles of Social Protection; the impacts of the pandemic on underserved communities. The method employed had a qualitative approach at its base, following

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Evangélica do Piauí- FAEPI. Mestrando em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Especialista em Micropolítica da Gestão e do Trabalho no SUS pela Universidade Federal Fluminense- UFF. Especialista em Informática na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN.

² Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF.

³ Bacharel em Serviço Social na Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco- FEMAF

⁴ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Evangélica do Piauí- FAEPE. Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Metropolitana.

⁵ Graduado em DIREITO pela Faculdade de Tecnologia do Piauí- FATEP. PÓS- GRADUADO em ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E LOGÍSTICA pelo o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho. ESPECIALISTA em DIREITO MÉDICO E PROTEÇÃO JURÍDICA A SAÚDE pela Sociedade Piauiense de Educação, Ciências e Tecnologia ALEPI/FAR. PÓS- GRADUADO em CRIMINOLOGIA pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante- FAVENI.

⁶ Bacharela em Serviço Social pela Faculdade Anhanguera.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
 Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

the line of bibliographic research, in a descriptive and exploratory character. The results show that the COVID-19 pandemic caused serious damage to the economic sector, which caused many families to lose jobs and income. It is known that the consequences of the pandemic will continue for a long time. Strategies need to be created to restore financial autonomy to families, especially the most vulnerable, and to provide new opportunities for extreme poverty and opportunities for young people in the labor market. Social protection must be extended and reorganized to meet the enormous demand that the pandemic has provided on the national scene.

KEYWORDS: Social Assistance. Pandemic. Social Protection.

RESUMEN

El presente trabajo TRAE una mirada enfocada a la política de asistencia social, enfatizando los impactos de la pandemia de COVID-19 en las comunidades necesitadas en esta fase de intensas dificultades. El objetivo general es analizar el impacto de la pandemia de COVID-19 en las comunidades desfavorecidas desde el punto de vista de la política de asistencia social. Los objetivos específicos son: comprender los fundamentos de la Política Nacional de Asistencia Social; conocer los principios de la Protección Social; los impactos de la pandemia en las comunidades desatendidas. El método empleado tuvo un enfoque cualitativo en su base, siguiendo la línea de investigación bibliográfica, en un carácter descriptivo y exploratorio. Los resultados muestran que la pandemia de COVID-19 causó graves daños al sector económico, lo que provocó que muchas familias perdieran empleos e ingresos. Se sabe que las consecuencias de la pandemia continuarán durante mucho tiempo. Es necesario crear estrategias para restaurar la autonomía financiera de las familias, especialmente las más vulnerables, y para proporcionar nuevas oportunidades de pobreza extrema y oportunidades para los jóvenes en el mercado laboral. La protección social debe ampliarse y reorganizarse para satisfacer la enorme demanda que la pandemia ha proporcionado en la escena nacional.

PALABRAS CLAVE: Asistencia Social. Pandemia. Protección Social.

1 INTRODUÇÃO

O advento da pandemia de COVID-19 proporcionou ao mundo um cenário de incertezas, insegurança e instabilidade, trazendo consequências dramáticas, sobretudo no âmbito econômico em função das medidas de contenção do vírus. Tais medidas impuseram o isolamento social, que implicou no fechamento de parte importante do comércio, causando uma onda de desemprego sem precedentes. O mundo inteiro teve sérios problemas, além do colapso no sistema de saúde de países como a Itália e Espanha, houve mortes, falência de empresas, *lockdown*, suspensão de grandiosos eventos esportivos, como as Olimpíadas de Tóquio no Japão.

A pandemia, de fato, abalou o planeta completamente. Vários países tiveram prejuízos incalculáveis. O Brasil foi um dos mais afetados pela pandemia, sendo o segundo atualmente em números de mortes pela COVID-19. Em termos econômicos também foi um dos que mais sofreu os efeitos dessa onda de contaminação, pois houve um alarmante aumento da pobreza e da extrema pobreza, falência de empresas e crescimento da taxa de desemprego, além de um forte avanço da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
 Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

inflação, sobretudo no setor alimentício e o espectro da fome passa a assustar novamente as populações mais carentes (SILVA; SILVA, 2020).

Boa parte do povo brasileiro passou a depender ainda mais de políticas públicas, recorrendo à assistência social e seguridade social. A ajuda humanitária, oriunda de Organizações Não Governamentais - ONGs, também foi fundamental em face dos impactos desse fenômeno de ordem sanitária, que ampliou o número de pessoas vulneráveis (BECKER, 2020).

Nas comunidades carentes, como favelas, bairros de periferia, povoados, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, invasão, grota, etc. desalentados, excluídos e sem o que comer, muitos entraram em desespero, pois os que dependiam do turismo e do trabalho informal nas praias e nas ruas, por exemplo, tiveram seus negócios arruinados, por conta do isolamento social. Neste contexto, as comunidades mais pobres foram, sem dúvida, as mais prejudicadas, sendo socorridas pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

Diante disso, questionou-se, quais os impactos da pandemia da COVID-19 nas comunidades carentes? Qual o impacto da COVID-19 na política de assistência social? Quais as medidas tomadas pela política de assistência social no decorrer da pandemia da COVID-19? O objetivo geral é analisar o impacto da pandemia da COVID-19 nas comunidades carente sob o olhar da política de assistência social. Os objetivos específicos são: entender os fundamentos da Política Nacional de Assistência Social; conhecer os princípios da Proteção Social; averiguar os impactos da pandemia em comunidades carentes.

2 METODOLOGIA

O método empregado teve uma abordagem qualitativa em sua base, seguindo a linha de pesquisa bibliográfica. A abordagem qualitativa abrange um olhar para as essências e significados de fenômenos sociais, numa percepção subjetiva perante os contextos pesquisados (TRIVIÑOS, 1987).

Já a pesquisa bibliográfica se desenvolve mediante processos analíticos de textos já produzidos por estudiosos, sendo, portanto, fruto de investigações consolidadas e publicadas, servindo como base para leituras com fins acadêmicos. Assim, livros, artigos, monografias, teses etc. todos constituem materiais passíveis de análises em pesquisas de cunho bibliográfico (VERGARA, 2000). Os principais autores que embasaram a fundamentação teórica deste estudo foram: Lemos (2016), Farias; Leite Junior (2020) e Pires (2020).

3 OS REFLEXOS ATUAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS

O Brasil vivencia diariamente inúmeros impasses no que concerne a questão social e suas severas consequências, arraigadas nas mais diversas expressões, das quais a pobreza ocupa lugar de grande destaque. Neste contexto de emergências frente às demandas por melhorias das condições de vida dos mais vulneráveis, eis que vem à tona, como era de se esperar, várias cobranças em relação



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

á efetivação da Política Nacional de Assistência Social, de modo que seus reflexos sejam realmente sentidos pelos mais necessitados. De acordo com Lemos (2016, p. 72).

A visão atual da Política Nacional de Assistência Social leva em consideração três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social, segundo a NOB/SUAS, exige uma capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos e as vulnerabilidades se apresentam.

Há de se concordar com tais afirmações, pois de fato, é imprescindível que aqueles que atuam para efetivação das políticas de assistência social sejam conhecedores da realidade local, tendo um diálogo com as comunidades. Historicamente, as profissões da área social estiveram vinculadas à população que habita os setores subordinados da sociedade. Em várias ocasiões, foram eles que iniciaram a inserção dos serviços públicos nos territórios onde esses sujeitos residem, desenvolvendo atos intermediários entre usuários e o Estado. Particularmente no caso do Serviço Social existe uma trajetória de trabalho nesses locais no campo do desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS vem para favorecer essa aproximação entre o Serviço Social e a comunidade. O CRAS a partir de 2004, ou seja, após sua criação, tem se tornado relevante unidade integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que tem o propósito de fortalecer a rede de proteção social nos territórios, assim como promover de modo consistente a universalização dos direitos socioassistenciais. É interessante perceber que “os profissionais do CRAS, passam a ser vistos como a fundamental tecnologia condutora dos direitos socioassistenciais” (BRASIL, 2009, p. 9).

É necessário que se entenda que os serviços disponibilizados no CRAS, são consequentes de um planejamento, o qual está arraigado a uma visão ampla do território do qual o CRAS, faz parte. Além disso, faz-se necessário conhecer as famílias de tal comunidade, saber das suas necessidades e potencialidades, incluindo o mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social.

O CRAS, é detentor de dois grandes eixos estruturantes que norteiam as suas ações. Em primeiro lugar vem a matricialidade sociofamiliar e, em segundo lugar, a questão da territorialização. A matricialidade sociofamiliar alimenta a ideia de que é imperioso investir na centralidade da família, uma vez que se entende o núcleo social como um ponto chave fundamental para a concretude de todas as ações e serviços da política de assistência social. Em síntese, a família, conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, trata-se de um grupo de sujeitos unidos por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social implicam obrigações mútuas e o compartilhar de renda e/ou dependência de ordem econômica.

Essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias” dos indivíduos (BRASIL, 2009, p. 12).

Contudo, a assistência social também entende a família como um ambiente conflitante, caracterizado por tensões, contradições e, em alguns casos, violência. Desse modo, o SUAS ao estabelecer a matricialidade sociofamiliar como um eixo estruturante, sustenta a tese de que o universo familiar precisa ser visto a partir de uma conjuntura sociocultural e econômica, com formações variadas e com atos e atitudes particulares (SARTI, 2007). Vale destacar que isso vem romper com conceitos tradicionais, que visavam padronizar a família. Isso não vale para os dias de hoje, uma vez que já se reconhece facilmente a existência de novas formas de organização familiar, que diferem do caráter tradicional patriarcal, muito embora ainda seja essa a forma mais comum em muitas localidades. No entanto, admite-se que o conceito de família passa por transformações, evoluindo como tudo na sociedade (WALD, 2005).

Assim, é importante ressaltar que a Política de Assistência Social nutre um forte interesse em propiciar o fortalecimento dos vínculos familiares, perseguindo esse objetivo por meio da defesa e da efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. Para conseguir produzir bons resultados nessa empreitada, o SUAS organiza-se visando apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e incremento das capacidades humanas (CARVALHO, 2012).

É lícito afirmar, que a política de assistência social compreende que uma rede de proteção social apenas pode ser tecida quando se compreende os fatores familiares que determinam uma situação de vulnerabilidade social e então passar a acolher mais de um membro dessa família na tentativa de resolver essa situação de vulnerabilidade (SARTI, 2007).

O eixo pautado na territorialização é também crucial nessa investida contra os problemas que afligem certas comunidades, pois a PNAS refere-se ao território como marco decisivo para o entendimento das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, o que ajuda, obviamente, no enfrentamento de tais situações. Não é à toa que os CRAS são incorporados em localidades, cujo número de grupos vulneráveis ou que estão em situação de risco ou vulnerabilidade social é bastante expressivo (CARVALHO, 2012).

Neste contexto, vale sublinhar que o território que comporta os grupos familiares com certo grau de vulnerabilidade, traz em si numerosos pontos que servem de base para se conhecer o mundo concreto, a dura realidade em que vivem os abandonados pelo poder público, carentes da proteção social básica.

4 OS IMPACTOS DA COVID-19 EM COMUNIDADES CARENTES

Comunidades carentes são aquelas que apresentam sérios problemas de ordem estrutural e assistencial, ou seja, pessoas de comunidades carentes vivem em locais com infraestrutura precária, sem saneamento básico adequado e desprovidas de serviços públicos de qualidade. É o caso da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

maioria das favelas das grandes capitais ou mesmo de pequenas cidades. Também se encaixam nesse rol as populações ribeirinhas e quilombolas, as comunidades rurais praticamente abandonadas pelo poder público, os territórios conhecidos como invasão, os cortiços, os bairros cujas famílias são a maior parte pobres, em suma, comunidade carente pode ser entendida como qualquer comunidade em que as condições de vida são precárias e a população é excluída de muitos dos serviços e benefícios que cabe ao Estado garantir. No tocante às favelas, importa sublinhar que elas estão inseridas em um contexto de desigualdade social alarmante, onde se nota o descaso do poder público para com os moradores.

Na maioria das vezes os locais onde estão localizadas as favelas são desprovidos de saneamento básico e infraestrutura como ruas asfaltadas, iluminação pública e geralmente se encontram em área de risco, pois são feitas justamente em regiões que outros empreendimentos imobiliários não tiveram interesse em ocupar, como por exemplo, sob pontes, encostas de morro, barrancos e beira de córregos, ficando propensas a sofrer solapamento e deslizamento de terra (SEVILLA, 2014, p. 28).

Essas afirmações expõem o verdadeiro significado de uma favela, ou seja, um panorama nada agradável, em locais de risco. Além disso, não são poucos os problemas que as famílias destas comunidades enfrentam todos os dias, com a carência de quase tudo.

Em grande parte, as favelas são constituídas por famílias de baixa renda, não possuindo fornecimento de energia elétrica, o que força seus moradores a se socorrerem de ligações clandestinas, “gatos”, para obtenção de luz, que geralmente são feitas com material de péssima qualidade, expondo as pessoas a risco de choque e incêndios. Não possuem fornecimento de água e esgoto o que compromete a higiene da população local e favorece o aparecimento e disseminação de doenças, como leptospirose, berne, diarreias etc. e pragas como ratos, baratas e moscas (SEVILLA, 2014, p. 29).

O texto acima descreve em detalhes como são os espaços da maioria das favelas no Brasil e suas condições insalubres que propiciam a disseminação de doenças. É lógico que combater a COVID-19 em tais comunidades se tornou um desafio enorme para os agentes de saúde e da vigilância sanitária.

Embora as medidas de contenção, como as quarentenas, tenham sido eficazes no combate à disseminação da COVID-19, também levaram a uma onda sem precedentes de perda de empregos nos setores formal e informal. O aumento no número de solicitações de seguro-desemprego ilustra o quão difundido é o escopo desse problema. Infelizmente, as agências estaduais não conseguiram lidar com esse aumento maciço na demanda e ficaram sobrecarregadas com um acúmulo de milhões de reivindicações não pagas (PIRES, 2020).

Turismo, cultura, comércio, transporte e moda foram os setores mais afetados. Estes representam 24,6% do PIB e 34,2% dos empregos. As atividades menos afetadas foram a agricultura, pecuária e pesca, produção de alimentos, produtos médicos e telecomunicações. Essas atividades respondem por 14,1% do PIB e 18,2% dos empregos (BECKER, 2020).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

Além disso, 92% da produção intensiva em tecnologia sofreu forte impacto da crise. Este é um claro sinal de alarme a médio prazo: reaparece o velho fantasma de estar à margem das tendências mundiais, rumando agora para a digitalização (BECKER, 2020).

A crise afetou as empresas de maneiras diferentes, dependendo de seu porte. Mais de 2,6 milhões de microempresas serão fechadas. Na verdade, 20,7% das microempresas e apenas 0,6% das grandes empresas irão desaparecer. A grande maioria são empresas dedicadas ao comércio, comunidade, serviços sociais e pessoais, e hotéis e restaurantes (PIRES, 2020).

O encerramento das atividades econômicas, a destruição do emprego e a redução do comércio, dos investimentos e das remessas refletem-se no aumento da desigualdade e da pobreza. Entre as diferentes categorias de ocupação, no âmbito das medidas de contenção do COVID-19, o trabalho autônomo tende a ser mais afetado do que o trabalho assalariado. Isto se aplica, especialmente, mas não exclusivamente, para situações em que este trabalho é realizado como uma atividade informal, que, em grande medida, é realizado no espaço público, o que é fortemente restrito devido a medidas de restrição de mobilidade (PIRES, 2020).

No entanto, esta seria uma situação transitória, visto que com a revogação gradativa das referidas medidas não só voltariam a trabalhar no setor informal pessoas que tiveram que se aposentar sua atividade usual, mas possivelmente outros grupos de trabalhadores serão inseridos. Isso poderia tornar-se o caso dos trabalhadores formais que perderam seus empregos e dos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho ou outros membros da família que precisam contribuir para a renda familiar. Dessa forma, a ameaça de expansão do setor informal se aprofundaria.

As medidas de contenção da COVID-19 afetarão em maior ou menor grau, dependendo de sua duração, a viabilidade de muitas micro e pequenas empresas formais. Estes já estão em desvantagem estrutural devido ao gap tecnológico que tem sido registrado entre empresas de diferentes portes no contexto da digitalização, razão pela qual foi sugerido que a promoção do uso de tecnologias digitais nas empresas deve enfatizar empresas de menor tamanho.

O fechamento de um número considerável dessas empresas não implicaria apenas em um aprofundamento dos processos de concentração; também seria removido, permanentemente, certo número de empregos formais acessíveis a pessoas com nível intermediário de educação formal, com o que intensificaria a dita tendência de concentrar o uso deste segmento da força de trabalho em setores de baixa produtividade e no setor informal.

Observa-se que, em todos os setores, o emprego na indústria e na construção foi atingido com mais força do que o comércio e serviços. Entre as categorias de ocupação está o trabalho de empresa independente que mais contraiu, o que indica que nesta crise, ao contrário de uma crise econômica comum, o trabalho informal não é uma alternativa geral de geração de renda diante de uma redução no emprego assalariado.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

Na verdade, um olhar para os integrantes do setor informal vem mostrar que a maioria são pessoas em situação difícil, que enfrentavam dificuldades financeiras mesmo antes da pandemia, pois muitos já viviam na pobreza ou extrema pobreza, em condições desfavoráveis. Segundo Farias; Leite Junior (2020, p. 8):

A pobreza extrema é uma ferida exposta. Existem milhares de pessoas vivendo em condições precárias, subempregadas, que dependem do movimento, da circulação, para conseguir alguma renda, algo que garanta a sobrevivência. Nas periferias, favelas e outros espaços de vida destes sujeitos, está um grande aglomerado de trabalhadores e trabalhadoras que compõem os ditos serviços prioritários durante a pandemia. Diferente dos profissionais de saúde, estes serviços não recebem prestígio ou reconhecimento social, a saber: faxineiras, garis, entregadores, empregadas domésticas, motoristas, trabalhadores de supermercados, frentistas de postos de gasolina, entre outros. No geral, estas pessoas dependem das políticas sociais e/ou que vivem em situações empregatícias tão frágeis que a negociação com os patrões não é uma possibilidade.

Em suma, a pandemia está tendo um forte impacto econômico e social, sobretudo nas comunidades carentes. Como em todo mundo, no Brasil o desemprego aumentou, as empresas foram fechadas, as contas públicas se deterioraram e a pobreza e a desigualdade aumentaram.

5 AÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Em comparação com qualquer ponto anterior ao COVID-19, o interesse de pesquisa no Bolsa Família (programa nacional de transferência de renda condicional do Brasil) foi 3,7 vezes mais popular, o interesse de pesquisa na Taxa Social (um subsídio de eletricidade para famílias de baixa renda) foi 11,1 vezes mais popular, o interesse no Cadastro Único (o único cadastro por meio do qual as famílias de baixa renda se inscrevem para ter acesso a vários programas federais de assistência social, incluindo Bolsa Família e Tarifa Social) foi 33,3 vezes mais popular, e o interesse de busca por cesta básica (uma cesta básica de alimentos frequentemente distribuído para famílias de baixa renda) foi 6,7 vezes mais popular (BRASIL, 2021).

No entanto, apesar dos níveis de interesse sem precedentes, muitas famílias continuam sem acesso aos benefícios devido aos desafios de entrega. Por exemplo, em alguns lugares, as famílias esperaram em longas filas fora dos bancos locais na tentativa de acessar o benefício auxílio emergencial.

O aumento dramático na busca por benefícios de proteção social em relação aos níveis anteriores sugere que um número sem precedentes de trabalhadores nos setores formal e informal precisa de ajuda neste momento. Assim, os Governos precisam ajudar a garantir que o país esteja preparado para responder a essa demanda crescente para oferecer benefícios a todos de forma eficaz e rápida (PIRES, 2020).

Em particular, esta crise expôs as deficiências de muitos sistemas das regiões de nosso país, atingindo as famílias vulneráveis que antes não faziam parte das redes de assistência social: a "classe



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

média invisível". Embora a expansão dos programas de redução da pobreza nas últimas décadas tenha ajudado a garantir que os mais pobres no país sejam mais ou menos facilmente identificados por meio de bancos de dados de programas sociais, no contexto do COVID-19 podem ser observadas as limitações desses sistemas para ajudar trabalhadores do setor informal.

Esse meio é constituído justamente por aqueles que devem ser indenizados o máximo possível para ficar em casa e garantir que as medidas de contenção sanitária sejam eficazes. Embora as opções disponíveis para os governos que lutam para fornecer assistência financeira às pessoas no contexto da pandemia COVID-19 sejam uma função direta de seus sistemas de distribuição existentes, não é tarde demais. Investir na melhoria desses sistemas ao aliviar a carga administrativa, expandir a cobertura, que os benefícios cumpram seus papéis e sua função social. No tópico seguinte será abordada a Perspectiva Pós-pandemia: o que planejar na política de Assistência Social?

6 A PERSPECTIVA PÓS-PANDEMIA: O QUE PLANEJAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

O alcance dos impactos econômicos da COVID-19 teve repercussões nos empregos e rendas da maioria das pessoas, o que não só gerou um forte custo social, mas também reduziu as possibilidades de uma rápida recuperação econômica. Os efeitos na trajetória laboral dos mais vulneráveis podem persistir inclusive depois que o problema pandêmico for resolvido e a economia ganhar novamente impulso.

Neste contexto, é preciso que o governo Federal do Brasil busque apoiar a renda das famílias, em particular as mais vulneráveis, e reduzir, no possível, as demissões no setor formal. Também tem que apoiar as possibilidades de uma rápida reinserção laboral daquelas pessoas que perderam seu emprego em decorrência da crise. Esta reinserção poderá se direcionar primeiramente aos setores mais dinâmicos na geração de emprego, como o setor de comércio, bares, hotéis e restaurantes.

No aspecto da assistência social, o que se planeja é impulsionar medidas dentro das políticas públicas que visam proteger a população vulnerável e apoiar sua recuperação, mais especificamente se planeja avançar políticas como aprovação e implementação de esquemas de transferências pontuais à população vulnerável e para pessoas diretamente afetadas por emergências sanitárias (pessoas enfermas ou familiares de falecidos) (MACHADO, 2021).

Em muitos países, os serviços de saúde provavelmente foram forçados a contratar mais pessoas para enfrentar os grandes desafios que surgiram no contexto da pandemia. Isto é, suponha que pelo menos alguns desses novos empregos permanecerão no futuro, como resposta a uma demanda social renovada por uma melhor qualidade desses serviços. As medidas de contenção da COVID-19 afetam significativamente o produto e o emprego bem como a produtividade média do trabalho. A magnitude do impacto dependerá, em grande medida, da estrutura do mercado de trabalho. Embora o vírus não discrimine entre ricos e pobres, seus impactos são extremamente desiguais, é



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

evidente que a capacidade de acessar serviços de saúde e de qualidade se tornou uma questão de vida ou morte.

O estudo realizado pelo IBGE alerta que a crise de saúde da COVID-19 expôs dois principais efeitos adversos de lacunas na cobertura de auxílio-doença. Em primeiro lugar, esses déficits de proteção podem forçar as pessoas a ir trabalhar quando estão doentes ou deveriam ficar em confinamento, aumentando o risco de infectar outras pessoas. Em segundo lugar, a perda de renda relacionada aumenta o risco de pobreza para trabalhadoras, trabalhadores e suas famílias, o que pode ter repercussões duradouras (BRASIL, 2020).

Vale frisar que a adoção urgente de medidas de curto prazo para preencher as lacunas na cobertura e na adequação de auxílio-doença, enfatizando que isso teria uma vantagem tripla: apoiar a saúde pública, prevenir a pobreza e promover direitos humanos relacionados à saúde e à seguridade social.

As medidas propostas incluem a expansão da cobertura de auxílio-doença para toda a população, garantindo que cheguem a mulheres e homens com emprego atípico ou informal, trabalhadores autônomos, migrantes e grupos vulneráveis. Várias recomendações são feitas, como aumentar a quantidade de benefícios para fornecer segurança de renda, acelerar a concessão e expandir o escopo de benefícios para incluir ações de prevenção, diagnóstico e tratamento, bem como o tempo gasto em quarentena ou cuidando de dependentes doentes (BRASIL, 2021).

Exemplos de diferentes partes do mundo mostram novamente que países com um sistema de proteção social sólido e abrangente estão em uma posição muito mais forte para intervir e se recuperar de uma crise. Os formuladores de políticas públicas precisam aproveitar o momento gerado pela crescente conscientização pública sobre a importância da proteção social e a urgência de investir nela como sociedade, para garantir capacidade de resposta em futuras crises.

A população com menos de 24 anos, crianças, adolescentes e jovens, embora menos vulnerável ao vírus, foi muito afetada pelos efeitos da pandemia: confinamento, fechamento de escolas, creches. No local de trabalho, segundo a Organização Internacional do Trabalho, um em cada seis jovens está sem trabalho devido à crise provocada pelo COVID-19. Isso tem contribuído para agravar as desigualdades entre os jovens, deixando para trás a população mais vulnerável desse grupo (PIRES, 2020).

A criança e o adolescente são o presente e o futuro da sociedade. Por isso, é imprescindível adequar as políticas públicas às suas necessidades, especialmente aquelas voltadas para a promoção do emprego juvenil ou primeiro emprego. Desde já, privilegiamos a troca de experiências e a cooperação para a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável que levem em conta os jovens. Esta iniciativa visa promover o primeiro emprego sustentável ao longo do tempo, de carácter formal, digno e de qualidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

Além disso, a promoção deste tipo de emprego visa melhorar as condições da população jovem para evitar a tendência de evasão da região por falta de oportunidades. Por fim, pretende-se acabar com a situação de desemprego que leva a pobreza, a ociosidade derivada da falta de atividade exclusivamente voltada para os mais pobres. Também é importante trabalhar para fortalecer o governo local com ações mais inclusivas, transparentes, eficientes e participativas; fortalecer as capacidades das comunidades carentes envolvida na cultura e no esporte e aumentar a inserção profissional e a empregabilidade dos jovens no país, em situação de vulnerabilidade, e promover a criatividade empresarial nos campos da cultura e do esporte.

Se a juventude não tiver condições de crescer e se desenvolver, a sociedade também não avançará. Portanto, em um contexto em que os jovens estão cada vez mais vulneráveis, é necessário reorientar as políticas públicas e adaptá-las às suas necessidades. Pensar nos jovens é olhar para o futuro. Três áreas de ação são de importância crucial: proteger o emprego, fortalecer a proteção social e fortalecer o diálogo social.

O Brasil precisa valorizar e investir o mais rápido nestas áreas, pois a maioria dos países está progredindo rapidamente nelas, mas, para que sejam eficazes e permitam uma recuperação rápida, elas precisam ter escala, atender o mais amplo espectro da população possível e priorizar os mais vulneráveis em seu impacto.

A proteção do emprego é crucial, não apenas para sustentar a renda e a saúde dos trabalhadores e das empresas, mas porque, uma vez passada a emergência da pandemia, a economia deve retomar o crescimento. As relações de trabalho que foram rompidas são difíceis de restaurar tanto para os operários quanto para os empregadores. Neste contexto, são necessárias formas inovadoras de organização do trabalho, como o teletrabalho, embora devamos ter consciência de que não são generalizáveis a todo o espectro de atividades econômicas e aos seus trabalhadores.

Uma dimensão particular da situação atual, que, se refere à proteção do emprego, são as condições de trabalho. Embora o arcabouço normativo mereça um tratamento organizado e moderno, ainda não considerou a segurança e a saúde ocupacional como um direito fundamental, existe um amplo consenso para que seja incluído como tal. A maioria dos trabalhadores está particularmente exposta ao COVID-19 em seus locais de trabalho e durante as transferências, potencialmente expondo suas famílias (SANTOS et al., 2020).

A proteção social, por outro lado, desempenha um papel crucial. A razão de ser da segurança social é justamente responder quando o trabalhador e/ou a sua família apresentam uma eventualidade como doença, velhice ou perda de rendimento por razões não imputáveis ao trabalhador. Historicamente, a seguridade social era organizada na forma de seguro social, mas na prática sua cobertura era limitada (SANTOS *et al.*, 2020).

Diante de crises sistêmicas, é preciso inovar e dimensionar o financiamento para elas. Os programas não contributivos são essenciais para responder à limitada proteção do seguro social, seja



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
 Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

por sua baixa cobertura devido à informalidade, seja por sua baixa adequação em decorrência dos baixos salários de trabalhadores e trabalhadoras. A injeção de recursos fiscais em esquemas de proteção social é crucial para fornecer um piso de segurança econômica para as famílias.

A pandemia e os efeitos econômicos vão colocar pressão sobre a sociedade, que terá que enfrentar dilemas e licitações distributivas. Os acordos sociais são essenciais, não apenas, para lidar de forma justa, com as consequências da crise, mas também para que mitigar e sair da crise não aprofunde a desigualdade. O diálogo social institucionalizado, formado pelo governo, organizações patronais e de trabalhadores, é um instrumento útil, comprovado ao longo da história, para avançar na via do consenso e de maior harmonia face às crises.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo mostrou com clareza o quanto a pandemia da COVID-19 afetou as comunidades carentes de modo negativo, deixando um rastro de desemprego e perda de renda, o que fez com que a fome passasse a ser uma ameaça para muitas famílias. O momento de crise na saúde e na economia fez com que muitos ficassem ainda mais dependentes de políticas públicas.

A proteção social foi crucial nesse contexto de exclusões e desigualdades que foi severamente agravado por conta do fechamento de muitas empresas e isolamento social, para conter o avanço da contaminação pelo coronavírus. Tais medidas impediram vários trabalhadores informais de irem às ruas tentar ganhar o pão de cada dia.

As pessoas mais vulneráveis das comunidades carentes sentiram os impactantes resultados que o isolamento social propiciou. Sua prática de trabalho informal, como vendas em feiras livres ou em pontos bastante movimentados, foram perdendo clientela, além de receberem proibições de funcionamento em algumas regiões, por conta dos *lockdown*, ou outras medidas restritivas. Com a baixa circulação de pessoas, muitos serviços de camelôs ou vendas ambulantes não davam a mesma margem de lucro de antes. Isso significou um drama para os que dependem desses tipos de atividade econômica.

Este estudo foi importante para se ter uma visão mais detalhada acerca da realidade em que o Brasil, como o resto do mundo, tem sofrido com os danos causados pela pandemia de COVID-19. Também foi possível compreender que a assistência social foi o verdadeiro socorro para os vulneráveis, pois, nesse cenário de desespero e total desequilíbrio em vários setores da sociedade, muitos não ficaram inteiramente desamparados, aliás tiveram seu alimento garantido nesse contexto de desemprego e desestabilidade na economia.

Neste sentido, a assistência social se tornou ainda mais relevante, pois nela se amparam aqueles que precisam sair da condição social fragilizada que se encontram. A proteção social básica oferecida nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS ganhou novos desafios nesse



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

período pandêmico em que houve considerável aumento por programas de transferência de renda do governo, tais como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

Tais programas deram alívio, mas não resolvem os efeitos severos dessa crise econômica que se agrava a cada dia, mesmo com a diminuição de casos de COVID-19, por conta da vacinação. Também se percebe que a reabertura do comércio e turismo não se mostra capaz de gerar emprego e renda em grau satisfatório.

Na perspectiva pós-pandemia, no entanto, nota-se que faltam medidas plausíveis, que de fato possam devolver a dignidade das pessoas, impedindo que estas sejam exploradas de forma brutal, tendo em vista que podem ser alvo de aproveitadores da situação crítica que se encontram, passando a lhes oferecer baixos salários, pois muitos querem uma mão de obra barata, principalmente em meio a crises dessa magnitude. É preciso ainda olhar para a juventude, oferecer oportunidades de estudo e trabalhos dignos, o que requer programas de incentivo do primeiro emprego, que façam a diferença em comunidades carentes, afetadas pela pandemia.

Assim, o CRAS deve atentar para essas questões e tecer projetos para esse público jovem, bem como para demais grupos vulneráveis. É essencial que a política de assistência social seja ampliada e melhorada para os dias futuros, em que as variantes do coronavírus fazem aumentar os casos de internação, criando o alerta para um novo fechamento de comércio. Isso significa que novamente as comunidades carentes podem passar a ter suas vidas afetadas. Por esta razão, planos de emergência devem ser formulados, para impedir que os prejuízos às famílias não assumam as mesmas dimensões que se observou no auge da pandemia em 2020.

REFERÊNCIAS

BECKER, Kalinca Léia. Ampliação do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC): Essencial para amenizar a pobreza e urgente em tempos de pandemia. **FAPERGS**, 2020. Disponível em: https://www.osecovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/An%C3%A1lise_de_Conjuntura_02.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

BRASIL. **Ações da proteção social especial do SUAS durante a pandemia**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/04/DE_OLHO_NA_CIDADANIA_v4_09.04.pdf. Acesso em: 25 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: [S. n.], 1988.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CARVALHO, Fernanda Thaís. **Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Trabalho Social com as famílias do Município de Telêmaco Borba**. 2013. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2013.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS COMUNIDADES CARENTES: UM OLHAR PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ronny Batista de Sousa, Augusto Sérgio Carneiro da Silva, Mateus Dantas de Farias Fonseca, Rúbia Santos de Lima Dias,
Francisco das Chagas Araújo Coelho, Josiane Lima de Abreu

FARIAS, Magno Nunes; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel. Vulnerabilidade social e COVID-19: considerações a partir da terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, n. e2099, ago. 2020.

LEMOS, Francilane dos Santos. **Os assistentes sociais e o CRAS**: carreiras, conflitos e atuação profissional em Aracaju. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2016.

MACHADO, Laura Muller (Org.). **Legado de uma pandemia**: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

PIRES, R. R. C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020.

SANTOS, Kionna Oliveira Bernardes et al. Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. **Rev. Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 12, dez. 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVILLA, Pablo Diego dos Santos. **Urbanização de favelas**: a realidade vivida pelos moradores em quatro comunidades carentes no município de São Paulo. 2014. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

SILVA, Mygre Lopes da; SILVA, Rodrigo Abbade da. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID-19: impactos e reflexões. Observatório Socioeconômico da Covid. Universidade Federal de Santa Catarina. **FAPERGS**, jun. 2020 disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>. acesso em: 14 out. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WALD, Arnold. **O Novo Direito de Família**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.